

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O futuro não é mais...

.... como era antigamente. É assim, com uma frase da música *Índios*, de Renato Russo, que alguns deputados definem a relação entre os Poderes. A “novidade” de 2023 para cá é o governo Lula, que não tem maioria na Câmara e, a preços e moldes de hoje, não terá. O controle do Orçamento por parte do Executivo seria fundamental como instrumento para consolidação da base. Ocorre que nada voltará a ser como antes.

Qualquer faísca...

As conversas dos últimos dois dias ainda não foram suficientes para dissipar todos os embates em torno do Orçamento. E, se não houver uma mudança que agrade aos deputados, vai respingar nos projetos do Poder Executivo.

.... explode a relação

A reforma tributária está a salvo dessa disputa pelas emendas. Afinal, é um projeto que o Parlamento pretende chamar de seu. O problema será o governo conseguir maioria para aprovar as suas propostas.

E o Banco Central, hein?

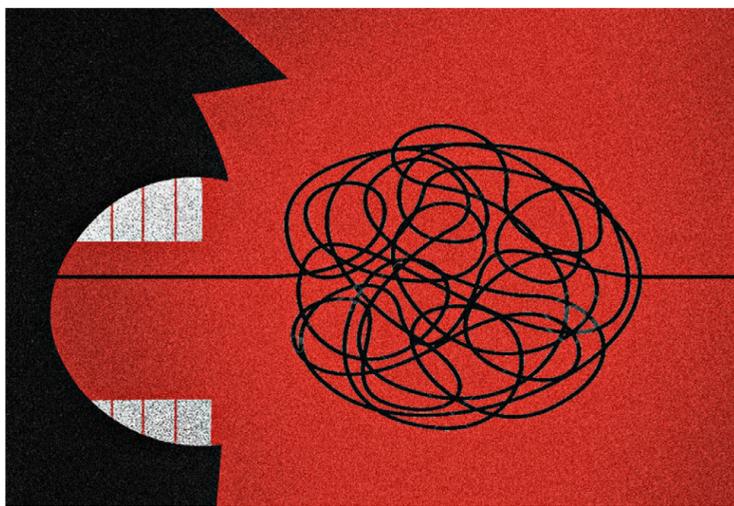
As informações que vêm do Planalto dão conta de que o novo presidente do Banco Central já está escolhido e será anunciado em breve. A ideia é esvaziar um pouco esse último semestre de Roberto Campos Neto no comando do BC.

Um jogo de sombras

Nas duas conversas que teve, uma com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e outra com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o presidente Lula tentou convencê-los de que não tinha nada a ver com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a suspensão das emendas impositivas. De Lira, Lula ouviu a seguinte frase: “Eu acredito no senhor, presidente, mas os outros 512 deputados, não têm a mesma opinião”. No caso de Pacheco, a resposta foi menos direta, mas a colocação exemplifica como está o jogo sobre o futuro das emendas: tudo alinhavado, mas nada resolvido de fato. Ao longo da análise do orçamento de 2025 é que será possível verificar se o acordo em torno das emendas de comissão para projetos mais estruturantes será levado a termo.

Até aqui, é consenso a necessidade de mais transparência na execução das emendas, mas nada será feito de boa vontade se não houver o pagamento daquelas que já foram empenhadas e estão bloqueadas pela decisão de Flávio Dino. Uma pulverização menor em relação ao que é feito hoje é algo que está em debate, mas, como ficará tudo isso sob a luz do sol ainda é uma incógnita. Por enquanto, há muita sombra e pouca luz sobre o futuro das emendas e um cenário em que ninguém quer perder poder.

Durma-se com um barulho desses.



CURTIDAS

A que ponto chegamos/ A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, deputada Daiana Santos (PCdoB-RS), foi surpreendida com um e-mail de ameaças de morte e xingamentos com teor racista. Ela registrou um boletim de ocorrência na Delegacia da Polícia Legislativa. No e-mail, o criminoso diz que a escolha de Daiana para presidir a comissão foi apenas para “posicionar macacos” em “cargos insignificantes” e partiu para uma série de xingamentos. A direção da Câmara vai investigar.

Para bons entendedores.../ O presidente Lula vai atender o pedido dos senadores para retirada da urgência da regulamentação da reforma tributária. Melhor discutir um pouco mais e fechar um texto do que derrotar uma proposta que os deputados se esforçaram para aprovar.

DF em destaque/

Sete congressistas do Distrito Federal estão entre os indicados para o Prêmio Congresso em Foco deste ano: os deputados Érika Kokay (PT), Fred Linhares (Republicanos), Gilvan Máximo (Republicanos), Professor Reginaldo Veras (PV) e Rafael Prudente (MDB), além da senadora Leila Barros (foto) e do senador Izalci Lucas (PL). Os vencedores serão conhecidos em 29 de agosto.



Ed Alves/CB/DA.Press

Amanhã tem autógrafo/ O jornalista Ricardo Lessa lança nesta quinta-feira o livro “O primeiro golpe do Brasil: Como Dom Pedro I fechou a Constituinte, prolongou o escravagismo e agravou a desigualdade entre nós”. Para quem se interessar, haverá um debate com os acadêmicos José Theodoro Wenck e Bernardo Lins, a partir de 19h, na sede do Instituto Histórico e Geográfico do DF, na entrecruza 703/903 Sul.

SUSTENTABILIDADE

Além da agenda ecológica, cerimônia busca demonstrar unidade entre os Poderes, em um momento de crise institucional

Unidos em defesa do meio ambiente

» VICTOR CORREIA

Os chefes dos Três Poderes assinam hoje, pela primeira vez, um compromisso para avançar na agenda ambiental, modernizando a legislação, destravando processos judiciais e reduzindo

o impacto da máquina pública no meio ambiente. O Pacto pela Transformação Tecnológica será assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e pelos presidentes do Senado, Rodrigo

Ricardo Stukert



O pacto pela transformação tecnológica será assinado pelos representantes dos Três Poderes

Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante solenidade no Palácio do Planalto.

De acordo com o texto, Pacheco e Lira vão se comprometer a priorizar projetos de lei voltados à sustentabilidade e economia verde, como os marcos legais do biocombustível e do

mercado de carbono. Barroso, por sua vez, adotará medidas para agilizar disputas judiciais que envolvam as questões ambiental, fundiária e climática. Lula, por sua vez, vai se comprometer a aumentar o orçamento disponível para projetos ambientais e reduzir o custo do crédito para

setores e práticas sustentáveis.

Há ainda compromissos em comum. Todos os Poderes ficarão responsáveis por reduzir o impacto ambiental de suas atividades, com licitações sustentáveis, eficiência energética e descarte adequado do lixo. Finalmente, Executivo e Judiciário vão

criar bancos de dados integrados ambientais, sobre imobiliários, cadastrais, fiscais, usando dados georreferenciados, com o objetivo de garantir a segurança jurídica e a titularidade de terras públicas e privadas.

O documento do pacto visa mudar o modelo de desenvolvimento econômico do país, e conta com 26 medidas, divididas em três eixos: ordenamento territorial e fundiário; transição energética; e desenvolvimento sustentável com justiça social, ambiental e climática. As metas serão definidas posteriormente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e as ações serão monitoradas por um comitê gestor formado por integrantes dos Três Poderes.

A assinatura conjunta dos atos também visa demonstrar unidade entre os Poderes, apesar da tensão na última semana envolvendo o pagamento de emendas parlamentares. O gesto se soma à reunião que ocorreu ontem no STF, onde foi formado um acordo para manter a impositividade das emendas, mas condicionar seu pagamento a projetos estratégicos e a uma maior transparência.

NO SENADO

Aprovada a urgência do decreto de armas

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira, 20, requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto que susta o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre armas. O Legislativo quer retirar travas que impõem restrições a colecionadores e atiradores profissionais e também para quem tem porte de arma.

Apesar de a votação ter ocorrido na Câmara dos Deputados sem protestos, o governo insiste em manter uma parte da proposição. Por acordo, a votação se deu de forma simbólica e senadores votaram apenas a urgência. O mérito do projeto

só será votado na próxima terça-feira (27).

A principal queixa do governo envolve a retirada da regra de distância de clubes de tiro em relação a escolas. O decreto de Lula proibiu que os clubes possam funcionar se estiverem dentro do raio de um quilômetro de distância em relação a instituições de ensino.

A liderança do governo tentou negociar até o último momento para que o tema não fosse tratado na proposição. “Esse eu diria que (a questão das escolas) é o (tema) mais caro. Há outros”, disse o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo. Ele

admitiu, no entanto, que o projeto do Congresso tem pontos que podem ser aprovados. “Tem coisas no PDL (Projeto de Decreto Legislativo) que não são irrazoáveis.”

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski afirmou, em abril, que concordava com algumas mudanças no texto, o que levou à aprovação de uma versão mais branda do texto.

“É uma questão técnica que, ao meu ver, pode ser discutida, rediscutida. E vamos discutir”, disse Lewandowski.

A bancada da bala trabalhou ao longo de todo o ano passado para derrubar o “revogaço” Lula

ao acesso a armas de fogo. Em uma primeira tentativa de retirar tudo o que foi decretado por Lula, feita em dezembro, o grupo tentou aprovar a urgência do projeto, mas acabou derrotado por três votos, resultado que provocou a ira de deputados da oposição. Zucco (PL-RS) chamou de “covardes” aqueles que não votaram na proposta.

A versão suavizada, que apenas retira partes do decreto presidencial, foi aprovada sem demais problemas em maio deste ano. A votação de ontem foi acompanhada de perto pelo deputado federal Marcos Pollon (PL-MS), presidente do movimento

hoseini charbaghi/unsplash



Projeto diminuiu as restrições contidas no decreto assinado por Lula

Proarmas, um dos principais armamentistas do Brasil.

Vanderlan Cardoso (PSD-GO) é o relator do projeto aprovado no Senado.

Entre outros pontos, o texto retira a exigência do Certificado de Registro de Atirador Desportivo para a prática do tiro desportivo com armas de pressão.